

# OS MILITARES

## "Seremos os tarefeiros dos nossos interesses"

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, pretende trabalhar "política e inteligentemente" e, se necessário junto a cada constituinte, com o intuito de evitar que o futuro texto constitucional sofra alterações, a exemplo do que ocorreu com o anteprojeto apresentado pela Comissão Afonso Arinos.

"Vamos fazer todas as coisas que podem ser feitas em um regime democrático." "Seremos os tarefeiros dos nossos interesses", enfatizou o general Leônidas Pires, ao referir-se ao ponto considerado primordial pelos militares, no atual e futuro texto constitucional: a responsabilidade das Forças Armadas na manutenção da lei e da ordem.

Embora, paradoxalmente, o ministro considere que o atual texto, elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, traz implícita a manutenção da lei e da ordem, quando faz referência à garantia dos poderes constitucionais, não recua na sua pretensão de evitar a todo custo mudanças no capítulo das Forças Armadas.

"Eu acho que o texto histórico, além de respeitável é muito apropriado para nosso País. As Forças Armadas nunca foram intrusas na História do Brasil. Elas foram instrumentos da vontade nacional", salientou.

Em sua entrevista dada ontem durante coquetel realizado no Grupamento dos Fuzileiros Navais, por ocasião de entrega de comendas da "Ordem Tamandaré", o ministro do Exército foi farto em palavras para argumentar sobre a necessidade de se manter o mesmo texto constitucional "de há cem anos":

"Se as coisas desejadas são as mesmas e se está implícito na garantia dos poderes constitucionais a manutenção da lei e da ordem, eu prefiro que fiquem consignados os termos históricos", declarou o ministro.

Embora garantida que não conversou com o presidente Sarney a esse respeito, o general Leônidas Pires insiste em ser idêntico ao presidente que o texto constitucional não deva ser mudado: "Ele (o presidente) já disse em discursos públicos, inclusive na Eceme, ano passado, que as Forças Armadas são responsáveis pela manutençã

da ordem interna e externa", observou o ministro do Exército.

### Lobby

Já o ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, que voltou a defender a manutenção das atribuições das Forças Armadas, considera que o assunto pode ser resolvido. "A questão é dar uma redação ao artigo que se ajuste à tradição do anterior", acrescentando, porém, que está relativamente tranqüilo com o lobby das Forças Armadas no Congresso Constituinte. "Os militares já têm seus homens, que são os assessores parlamentares que se encarregarão de fazer os contatos necessários com os constituintes."

Para o ministro do Exército, no entanto, os argumentos são tão ponderados que serão aceitos pela maioria dos constituintes. Ele tem tanta confiança nisso, que adianta um crédito aos futuros congressistas: "Nós teremos uma Carta Magna que é uma peça que corresponda aos desejos do povo brasileiro, e mais que isso, que corresponda aos nossos interesses".

O ex-ministro da Marinha almirante Maximiano da Fonseca também comentou o assunto. "O que está na Constituição, desde 1891, deve ser mantido", disse.

Os ministros militares também receberam ontem o apoio do prefeito do Rio, Saturnino Braga. Ele lembrou que é válido o princípio de que "as Forças Armadas são responsáveis pelos poderes constitucionais, a lei e a ordem" previstos nas Constituições republicanas.

### As diferenças

A polêmica surgida em torno da missão constitucional das Forças Armadas decorre da alteração introduzida, principalmente, no artigo 91 da atual Carta Magna, que diz o seguinte: "As Forças Armadas, essenciais à execução da política da segurança nacional, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem".

Já a Comissão Afonso Arinos achou por bem modificar o texto, mantendo apenas esta definição mais simples e direta: "As Forças Armadas destinam-se a assegurar a independência e a soberania do País, a integridade de seu território e os poderes constitucionais".